

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

ANEXO VIII

**REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À
AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA – REPORTO**

**REESTRUTURAÇÃO RODOFERROVIÁRIA DA REGIÃO LESTE DO
PORTO DE PARANAGUÁ**

Rev. 00

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência Contábil

ANEXO - REPORTO

EDITAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA 14/2021

A **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, com sede na Av. Ayrton Senna da Silva 161, Dom Pedro II, Paranaguá/PR, CEP 83.203-800; inscrita no CNPJ sob o nº 79.621.439/0001-91 MATRIZ; **INFORMA** que faz jus a **SUSPENSÃO** tributária do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (**REPORTO**), conforme **ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005**, publicado em DOU nº 29 de 14 de fevereiro de 2005.

O REPORTO é um regime especial, o qual autoriza que algumas aquisições específicas possam ser realizadas com **suspensão tributária em favor do beneficiário do programa**, enquanto **ao fornecedor é permitida a manutenção do eventual crédito tributário** sobre seus custos na operação. (Lei Federal 11.033/2004, Decreto 6.582, de 26 de setembro de 2008, Instrução Normativa RFB nº 1.370/2013).

INSTRUÇÕES

De tal modo que, todas as propostas para o fornecimentos de máquinas, equipamentos e bens sejam identificados na tabela abaixo, devendo conter duas informações de preços:

- Preço proposto com tributos** aplicáveis em sua atividade, para a eventualidade de desenquadramento do regime especial; e
- Preço proposto líquido dos tributos suspensos (listados abaixo)**, o qual será considerado para efeito de classificação na forma prevista no edital.
 - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
 - Contribuição para o PIS/PASEP e
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Tabela de itens aderentes ao REPORTO

COD	GRUPO	DESCRIÇÃO DO ITEM DO EDITAL	NCM	QTD	PREÇO PADRÃO	PREÇO REPORTO

Os bens que podem ser adquiridos no regime se restringem ao que estão relacionados na lista **RELAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS** (Anexo I e II do Decreto nº 6.582/2008) e são os que devem estar relacionados na proposta e no documento fiscal de faturamento.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência Contábil

ANEXO I
RELAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS

(§ 7º do art. 14 da Lei nº 11.033, de 2004.)

Descrição	Código NCM
Aparelhos e instrumentos de pesagem	8423.82.00
	8423.89.00
Talhas, cadernais e moitões; Guinchos e cabrestantes	8425.11.00
	8425.19.90
	8425.31.10
	8425.31.90
	8425.39.10
	8425.39.90
Cábreas; Guindastes, incluídos os de cabo; Pontes rolantes, pórticos de descarga ou de movimentação, pontes-guindastes, carros-pórticos e carros-guindastes	8426.11.00
	8426.12.00
	8426.19.00
	8426.20.00
	8426.30.00
	8426.41.10
	8426.41.90
	8426.49.10
	8426.49.90
Empilhadeiras; Outros veículos para movimentação de carga e semelhantes, equipados com dispositivos de elevação	8427.10.11
	8427.10.19
	8427.20.10
	8427.20.90
Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga, de descarga ou de movimentação	8427.90.00
	8428.10.00
	8428.20.10
	8428.20.90
	8428.32.00
	8428.33.00
	8428.39.10
	8428.39.20
	8428.39.90
Tratores rodoviários para semirreboques	8428.90.20
	8428.90.90
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	8701.20.00
	8704.22.10
	8704.22.90

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência Contábil

Descrição	Código NCM
	8704.23.10 8704.23.90 8704.90.00
Veículos automóveis sem dispositivo de elevação, dos tipos utilizados em fábricas, armazéns, portos ou aeroportos, para transporte de mercadorias a curtas distâncias	8709.11.00 8709.19.00
Reboques e semirreboques, para quaisquer veículos; Outros veículos não autopropulsados	8716.39.00 8716.40.00 8716.80.00
Aparelhos de raios X	9022.19.10 9022.19.91 9022.19.99
Instrumentos e aparelhos para medida ou controle do nível de líquidos	9026.10.29

ANEXO II

RELAÇÃO DE BENS, TRILHOS E DEMAIS ELEMENTOS DE VIAS FÉRREAS

(§ 8º do art. 14 da Lei nº 11.033, de 2004.)

Descrição	Código NCM
Trilhos e outros elementos de vias férreas	7302.10.10 7302.10.90 7302.30.00 7302.40.00 7302.90.00
Locomotivas e locotratores, de fonte externa de eletricidade ou de acumuladores elétricos	8601.10.00 8601.20.00
Outras locomotivas e locotratores; Tênderes	8602.10.00 8602.90.00
Vagões para transporte de mercadorias sobre vias férreas	8606.10.00 8606.30.00 8606.91.00 8606.92.00 8606.99.00

Disposições Gerais

Na emissão de notas fiscais de venda de produtos, cujo itens não estejam relacionados nas tabelas acima, prevalece a legislação vigente quanto à tributação.

Nos casos de serviços de obras e engenharia, continuam prevalecendo as normas gerais de recolhimento na fonte dos tributos sobre os valores faturados, conforme tabela a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência Contábil

Quando da emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, deve-se levar em consideração os seguintes tributos a serem retidos:

TRIBUTO	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	DISPOSITIVO LEGAL A SER OBSERVADO
PIS	1,65%	Valor total da NF	Art. 30 da Lei 10.833/2003 e I.N. SRF 459/2004.
COFINS	3,00%	Valor total da NF	Art. 30 da Lei 10.833/2003 e I.N. SRF 459/2004.
CSLL	1,00%	Valor total da NF	Art. 30 da Lei 10.833/2003 e I.N. SRF 459/2004.
IR	1,50%	Valor total da NF	RIR anexo ao Decreto 9580/2018
INSS	11,0%	Total da nota, excluindo os valores destacados e comprovados referentes a materiais, desde que dentro do limite estabelecido (vide coluna ao lado)	I.N. Nº 971/2009 Art. 122. Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a: I - 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços;
ISSQN	5,0%	Total da Nota fiscal, excluindo os valores destacados e comprovados referentes a materiais.	Lei Municipal 110/2009 e Lei Complementar 262/2021 - Município de Paranaguá

As exceções, se aplicáveis, das disposições acima indicadas, deverão ser tratadas pela contratada na Gerência Contábil da Portos do Paraná antes do primeiro faturamento.

Documento: **ANEXOIIIIREPORTOREV.00.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Guilherme Luis Goncalves de Souza (XXX.979.119-XX)** em 16/02/2024 09:33 Local: APPA/DEM, **Victor Yugo Kengo (XXX.367.669-XX)** em 16/02/2024 09:42 Local: APPA/DEM.

Assinatura Simples realizada por: **Rafael Eidi Matuguma (XXX.201.389-XX)** em 16/02/2024 09:40 Local: APPA/GMAG.

Inserido ao protocolo **21.675.368-2** por: **Guilherme Luis Goncalves de Souza** em: 16/02/2024 09:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a1ea6c9cc28558152b5f6e43251d08.